

COMUNTEADO DA DIRECÇÃO

16

COMISSÃO PRÓ-ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA

7.1.74

PELO REFORÇO do M. A.!

POR UM MOVIMENTO DE MASSAS!

Entrados em janeiro, a situação que se vive na escola é do mais flagrante

caos. Practicamente sem funcionar durante o primeiro período (com excepção do 1º ano, e ultimamente o 2º e 3º anos), a Faculdade de Medicina mantém-se paralizada para o 4º, 5º, e 6º anos.

Constatando a grave situação que se estava a criar, as causas que a determinavam e os efeitos que ocasionava, foi convocada uma reunião geral de alunos que se efectuou no dia 5 de Dezembro com a presença de várias centenas de estudantes.

Foi tomada posição quanto ao imediato início das aulas LANÇANDO-SE AS BASES PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS. Foi denunciada a política anti-estudantil do governo que manifesta a sua incapacidade de resolver os problemas do ensino, ao mesmo tempo que lança uma campanha de terror generalizada na academia e pretende aplicar uma reforma cujos objectivos nada têm a ver com as reivindicações estudantis.

Foi denunciada a prisão de colegas nossos. Neste intervalo, foram soltos JOAQUIM OLIVEIRA (5º ano) e ANTONIO DUARTE (3º ano), mas continua preso em Caxias, sujeito às mais violentas torturas, JOAQUIM JUDAS, dirigente da nossa Associação, e ainda MARIA JOSÉ CAMPOS (1º ano).

SITUAÇÃO PEDAGÓGICA:

A apatia do conselho escolar em tomar medidas que levem ao funcionamento da actividade escolar, em moldes que satisfaçam os nossos interesses, impõe que OS CURSOS SE ORGANIZEM, ESTUDEM A SITUAÇÃO CONCRETA DE CADA ANO, A NÍVEL DE QUALIDADE DE ENSINO, NÚMERO DE PROFESSORES, NÚMERO DE AULAS PRÁCTICAS, RELAÇÃO ASSISTENTE-A-LUNO, PROGRAMAÇÃO DO CONTEÚDO E ESTRUTURAÇÃO DAS AULAS E EXAMES, E LEVEM À PRÁCTICA O INÍCIO DAS AULAS.

No entanto, é importante sabermos tirar as lições da experiência passada, não alinhando em pseudo-soluções pedagógicas e muito menos em medidas camufladas com que se pretende aliciar os cursos. Em Outubro, começou a falar-se na ida para os civis do 4º ano (não especificando se seriam somente as cadeiras clínicas); no entanto, os passos dados pelas autoridades nesse sentido desenrolaram-se "ao ralenti" como é habitual, apesar do C.E. alarmado recusar o início das aulas à avalanche de alunos que entravam este ano para o 4º ano. Mais tarde, a proposta que surgia dos civis, sob pressão "desconhecida", punha como alternativa, a ida de parte dos alu-

nos do 4º, 5º e 6º anos. Face à recusa do 5º ano em ir para os civis, devido à divisão que se pretendia criar e depois de um estudo detalhado das condições de ensino que esta ia proporcionar, o próprio Director da Faculdade reconheceu a validade da argumentação tida pelos estudantes do 5º ano.

O início das aulas e o modo de funcionamento destas devem ser definidos por nós. E impõe-se a recusa firme de servirmos de "tapa-buracos" à incapacidade das autoridades, favorecendo o adiamento de soluções que já são mais que urgentes. A ida para os civis de um reduzido número de estudantes do 5º e 6º anos é uma medida que não corresponde aos nossos interesses: se por um lado não vem beneficiar grandemente a situação pedagógica, por outro enquadra-se na política de divisão do governo (em dividir para reinar) e conduz à nossa aceitação passiva da incúria governamental.

A situação do 4º ano é objectivamente diferente, já que é completamente impossível iniciar as aulas com elevado número de alunos inscritos. No entanto, previamente a qualquer decisão (e os alunos do 4º ano têm sabido organizar-se para levar a cabo esta justa orientação), IMPOE-SE UMA ANÁLISE DETALHADA DAS CONDIÇÕES OBJECTIVAS EXISTENTES.

Para todos nós se vai tornando claro que a situação gerada é grave, e é o resultado da política do governo incapaz de resolver os graves problemas nacionais, as contradições internas em que se debate, e concretamente os problemas do ensino. Tentando melhor colocá-la ao serviço dos monopólios que dominam o país, a solução que se lhe surge é a aplicação da reforma que para além dos aspectos demagógicos e repressivos que a rodeiam, visam sómente uma maior rentabilização do ensino (com um mínimo de despesas aproveita-se as estruturas esclerosadas existentes e eliminam-se através de uma selecção rigorosa desde o início os "não assimilados", através dos "numerus clausus", regime de semestres e prescrições, abolição da época de Outubro, etc) ficando pelas promessas a abertura de novas faculdades, a estruturação de molde a formar quadros médios que preencham as lacunas necessárias ao desenvolvimento capitalista - patente na formação dos cursos para-médicos.

A denúncia e recusa global da "Reforma" foi feita em reunião geral de alunos. A sua aplicação nas faculdades de Medicina do país é um objectivo central para o governo; é nesse contexto que a resposta conjunta de todos os estudantes de Medicina (de Lisboa, Porto e Coimbra) assume um significado especial.

NÓS NÃO DEIXAREMOS PASSAR EM CLARO UMA REFORMA CONTRÁRIA AOS NOSSOS INTERESSES!



OS ESTUDANTES DO TÉCNICO ENFRENTAM CORAJOSAMENTE A REPRESSÃO!

O ambiente de terror generalizado que se vive nas faculdades do país nunca atingiu tais proporções. Assiste-se actualmente a uma tentativa desesperada do governo de liquidar não exitante a quaisquer meios as movimentações progressistas dos estudantes. Se por um lado se pretende afastar a grande massa dos estudantes do M.A., por outro lado tenta o governo liquidar a sua vanguarda. Os recursos são imensos: INVASÃO DA FACULDADE pela polícia, (o Técnico está permanentemente sitiado; Letras, Direito, Medicina, Ciências, Farmácia e cantina invadidas e assaltadas); PRISÕES ARBITRÁRIAS e outras intimidações (foram presos 150 estudantes dos Liceus, prisões por várias horas de três estudantes de Medicina, um deles da Direcção da Associação); CERCOS POLICIAIS (à cidade Universitária, ao Hospital); CONTROLE E POLICIAMENTO das entradas nas faculdades e cantinas; e o recurso a medidas administrativas como: SUSPENSÕES OU EXPULSÕES (últimamente cerca de 15 em Letras e 70 estudantes no Técnico); horário de funcionamento da cantina reduzido à hora das refeições, com o controle de entradas e presença descarada de pides e polícias. No entanto, onde o governo centra os seus esforços e lança uma brutal ofensiva, é sobre os estudantes do INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO. PARA TODOS OS ESTUDANTES DO PAÍS, a forma valerosa como no Técnico se continua e

tem cumprido a greve até a abertura da Associação, o cancelamento das expulsões e a normalização completa do Instituto; a forma corajosa como se tem imposto o direito de REUNIÃO E INFORMAÇÃO, enfrentando a fúria das forças repressivas; a disposição combativa dos estudantes em não ceder face às medidas terroristas do governo, tudo isto constitui um exemplo a seguir por todos os estudantes do país, um incentivo ao nosso apoio incondicional de como se pode fazer recuar a repressão.

A situação na escola e no país, realça a necessidade de fortalecermos o M.A., dando-lhe uma organização estável e forte. Temos de garantir DEMOCRATICIDADE NO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE CURSO (com a escolha de NÚCLEOS ELEITOS), das Secções, das REUNIÕES DE CURSO e REUNIÕES GERAIS DE ALUNOS; alargar A BASE DE MASSAS do nosso Movimento, garantindo a PARTICIPAÇÃO ACTIVA E CONSCIENTE de todos os estudantes a todos os níveis de trabalho a realizar.

Se importantes passos foram dados nesse sentido no ano passado, importante se torna consolidarmos e alargarmos o trabalho desenvolvido.

ELEIÇÕES NA C. P. A.

Dentro em breve (Fevereiro) termina o mandato dos actuais corpos gerentes da Associação. Em data a marcar pela mesa da Assembleia Geral deverá ter início em Janeiro o período eleitoral. A conquista de métodos democráticos de actuação, a eleição regular das suas estruturas dirigentes, foi uma conquista do nosso movimento, e que face à actuação do governo, mais imperioso se torna consolidarmos, cerrando fileiras em defesa das Associações.

A Direcção da CPA



LIBERDADE PARA

JOAQUIM

JUDAS!

SOBRE A IDA PARA OS CIVIS

INFORMAÇÕES DADAS PELO DIRECTOR, NO DIA 4 DE JANEIRO

Foi decidida pelo Conselho Escolar, sob proposta dos Hospitais Cívicos a ida para os Hospitais Cívicos de 200 alunos de 4º Ano, 100 de 5º Ano e 100 de 6º Anos.

Passando por cima das propostas aprovadas nas Reuniões de Curso havidas, e de todo o trabalho e programação elaborados pelos estudantes, esta decisão é apresentada agora, como um facto consumado, pretendendo o Director que seja dada uma resposta urgente aos estudantes.

Esta resposta deve versar essencialmente sobre a escolha dos alunos que irão para os civis, que é facultativa, embora caso não haja ofertas o C.E. fará uma selecção que depois será compulsiva. Neste caso têm prioridade os alunos que não têm cadeiras atrasadas.

Não foi informado, que devido ao adiamento de ano, nós "compreendemos" a necessidade de se iniciarem já as aulas para os alunos que ficam no Hospital de Santa Maria, iniciando-se nos civis quando existirem condições, nomeadamente no que respeita à actualização das instalações e programação do ensino. Não foi informado sobre as condições concretas de ensino, nomeadamente nº de docentes, assistentes, de aulas, etc. Foram fornecidos os nomes dos regentes das cadeiras. Pôs-se o Director, depois de perguntas feitas pelos estudantes que, provavelmente, as condições de ensino seriam melhores do que no Hospital de Santa Maria.

Estão marcadas reuniões de curso de 4º, 5º e 6º anos, reuniões dos grupos de trabalho e já que o problema afecta colectivamente os estudantes destes anos, uma reunião conjunta de 4º, 5º e 6º anos.

FACE A ESTAS INFORMAÇÕES, É EVIDENTE QUE TERÃO DE SER OS ESTUDANTES A DECIDIR SOBRE O INÍCIO DAS AULAS, QUE NÓS ENTENDEMOS DEVER SER IMEDIATO PARA TODOS, E EM QUE CONDIÇÕES!

REUNIÕES DE CURSO

4º Ano 2ªf 11h

5º Ano 4ªf 11h

6º Ano 4ªf 11h

Reunião dos grupos de Trabalho dos Cursos - 4ªf 15h

REUNIÃO CONJUNTA 6ªf - 11h